

Investir em Cabo Verde

UM PAÍS REPLETO DE OPORTUNIDADES EM DIVERSAS ÁREAS

Cabo Verde assume-se como um destino privilegiado para os investidores, devido à sua mão-de-obra qualificada, posição geográfica e estabilidade política. Fique a par das melhores oportunidades para investir em diversos ativos, desde o imobiliário à abertura de start-ups no país. Como apostar em diversos ativos no arquipélago e que aspetos legais e fiscais e regulatórios devem ser considerados.

TROCAS COMERCIAIS
Investimento português em Cabo Verde está em alta ■ P24

ASSESSORIA
Advogados ainda veem turismo como alvo de investimento ■ P26

ENTREVISTA
Vera Querido | Managing partner da VPQ Advogados
“Há um oceano de oportunidades em Cabo Verde”
Turismo além de hotéis e ‘agrotech’ são áreas de negócio a ter em conta, crê Vera Querido, da sociedade VPQ, da rede Morais Leitão. ■ P27



Especial Investir em Cabo Verde



TROCAS COMERCIAIS

Investimento português em Cabo Verde está em alta

O investimento português em Cabo Verde representa apenas 0,6% do total investido no estrangeiro, mas tem vindo a crescer. Exportações caboverdianas para Portugal aumentaram em 128,6% em 2022. País quer “explorar a economia azul para alcançar o crescimento verde”.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA
afsousa@medianove.com

Num país que nos últimos anos tem aberto a sua economia ao investimento externo, Portugal tem em relação a Cabo Verde uma posição ainda muito conservadora: o stock de investimento direto por-

tuguês naquele país africano era, a 31 de dezembro de 2022, de apenas 350 milhões de euros, ou seja, cerca de 0,6% do total dos investimentos externos portugueses. Apesar disso, aquele valor representa um crescimento de 5,6% face aos 330 milhões do final de 2021. Em sentido contrário, o stock do investimento direto de Cabo Ver-

de era, para a mesma data, de 30,6 milhões de euros, menos de 10% do fluxo inverso.

O desequilíbrio das relações económicas entre os dois países é a nota dominante. Assim, a balança comercial de bens e serviços indica, segundo dados do Banco de Portugal, que Portugal exportou, em 2022, 484 milhões de euros

para Cabo Verde, o que implica uma taxa de cobertura levemente superior aos 200% face às importações de 241 milhões. Mas os números indicam que alguma coisa está a mudar: as exportações aumentaram 23,2% face ao ano anterior, mas as importações deram um poderoso salto de 128,6%. O que Portugal procura em Cabo

Verde parece ser produção industrial que conte com mão-de-obra a preços competitivos face aos que se praticam na Europa (Portugal incluído). Fica isso evidenciado pelo facto de 72% das importações portuguesas oriundas de Cabo Verde estarem concentradas em produtos industriais dos sectores têxtil e do calçado. Por uma razão



Unspalsh

CABO VERDE

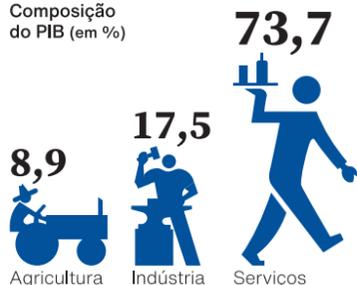
Área: 4.033 km²

População (2021): 591.901

PIB (em PPP): 4,4 mil milhões de dólares

PIB (per capita): 7.740 dólares

Composição do PIB (em %)



Dívida pública em 2022 (% do PIB)

138,8

Défice público em 2022 (% do PIB)

6,3

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

0,662

(nível médio)

Rating

B-

Fitch

B

Standard & Poor's

Fonte: Jornal Económico

que os empresários envolvidos saberão explicar, a importação de fatos, bermudas e calções produzidos em Cabo Verde sofreu em 2022 um aumento de 138% face ao ano anterior! A uma distância gigantesca, surge a importação de máquinas e aparelhos, com um peso de 3,7%.

No sentido inverso, parece ser a guerra da Ucrânia a tomar conta das operações. No final de 2022, Portugal vendeu a Cabo Verde derivados de petróleo no valor de 53,7 milhões de euros, mais 251,3% que os 15,3 milhões atingidos no ano anterior. Este grupo de produtos representou mais de 14% do total das vendas de Portugal a Cabo Verde, muito à frente da dos cimentos (3,8%) e dos óleos de soja (2,7%). Mas é o grupo de produtos agrícolas que lidera as vendas para Cabo Verde, com um total de 62,7 milhões de euros em 2022, mais 30% que no ano anterior.

Segundo a AICEP, o Instituto Nacional de Estatísticas ainda não coligiu os dados de 2022, mas, em 2021, havia 2.801 empresas nacionais a exportarem para Cabo Verde, mais 8% que no ano anterior.

O fim da 'monocultura' do turismo

Os anos da pandemia foram para

Cabo Verde muitos duros, como sucedeu na maioria dos países (São Tomé e Príncipe incluído) que tinham a sua economia – tanto em termos de PIB como de captação de moeda estrangeira – assente no turismo. Mas as autoridades parecem ter aprendido a lição. De Então para cá, e apesar das melhorias sensíveis no sector do turismo, Cabo Verde tem feito um esforço assinalável para deixar a 'monocultura' do turismo.

A Cabo Verde TradeInvest, que tem como missão promover o crescimento económico sustentável, inclusivo e equilibrado de Cabo Verde e a mobilização de investimentos, nomeadamente estrangeiros, afirma que, para além do turismo – que evidentemente não saiu do radar dos interesses estratégicos – são cinco os sectores que as autoridades isolaram como preferenciais para a captação de investimento direto estrangeiro: a economia azul, a energia, os transportes, o agro-alimentar e as TIC.

Tanto na área da economia azul como das energias, Cabo Verde demonstra estar alinhada com os mais modernos padrões internacionais, que aconselham vivamente os investimentos verdes e sustentáveis. "Cabo Verde pretende ser um ponto de referência para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, explorando uma economia azul para alcançar o crescimento verde. Sendo um Estado insular, a economia azul é um ponto de partida natural para o crescimento económico e para a diversificação, enquanto área propícia ao investimento privado", refere a Cabo Verde TradeInvest. Do mesmo modo, aquela estrutura estatal refere que "Cabo Verde está fortemente comprometido com a agenda global sobre mudanças climáticas, tendo já submetido o INDC [contribuições nacionais no âmbito do Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas] e ratificado no Parlamento o Acordo de Paris, tendo como estratégia de longo prazo a transição para um sector energético seguro eficiente e sustentável, reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis e garantindo o acesso universal e a segurança energética".

Por outro lado, a posição estratégica do país, situado no cruzamento das rotas de maior tráfego internacional de navios do Atlântico médio confere-lhe "a oportunidade privilegiada de se transformar num grande centro de transbordo de mercadorias" para a região do oeste africano – servindo de 'hub' para as rotas entre a América do Sul e a Europa. Já os segmentos agro-industrial e as tecnologias de informação e comunicação surgem como potencial de alavancagem do mais global sector do turismo. É neste quadro – onde está também inscrita uma, como não podia deixar de ser, uma assinalável maturidade do regime democrático, principalmente quando comparado com outros exemplos regionais – que Cabo Verde se assume como um lugar privilegiado para os investidores que procuram o continente africano. ■

Cabo Verde e o sucesso na atratividade de IDE



JÚLIO MARTINS JÚNIOR

Advogado
(em associação
RB Alliance)

Cabo Verde proporciona aos investidores um quadro político e legal claro, estável e favorável ao investimento direto estrangeiro.

Existem fatores intrínsecos importantes que permitem a Cabo Verde ser um destino de investimento seguro. Em primeiro lugar, a sua localização geográfica entre a América, a África e a Europa, e o facto de servir de porta de entrada para vários mercados, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), ou o livre acesso à Área de Comércio Livre Continental Africana (AfcFTA).

A AfcFTA representa por si só um círculo virtuoso de maiores oportunidades de mercado, desencadeando mais comércio e investimento e permitindo maior agregação de valor e crescimento da produtividade. A AfcFTA trabalhará para uma união aduaneira continental, visando eliminar as tarifas de 90% dos produtos intra-africanos, impulsionar a circulação de capitais e pessoas entre os países, e reduzir as barreiras não tarifárias, de forma a facilitar o investimento externo sustentável.

Se adicionarmos à equação um regime fiscal muito próximo do europeu, que proporciona ainda um pacote extremamente atrativo de isenções e benefícios fiscais, concluímos por uma forte atratividade de interesses económicos para a região.

Temos acompanhado a fantástica evolução do quadro legal e regulatório vigente em Cabo Verde, no sentido de profundas reformas para atrair cada vez mais investimentos sem complicações burocráticas. Além das facilidades no registo dos investimentos, Cabo Verde coloca também à disposição dos investidores estrangeiros uma ampla gama de benefícios e garantias. Por exemplo, as empresas constituídas com capitais estrangeiros são consideradas empresas locais, os direitos de propriedade dos investidores são protegidos e respeitados, as possibilidades de expropriação são limitadas e sempre sujeitas a indemnizações, com destaque ainda para o direito de recurso aos tribunais em caso de litígio, com particular enfoque na proteção dos direitos de propriedade intelectual. Ressalvamos também que: não é permitido o cancelamento de qualquer licença ou alvará sem prévio processo judicial; o investidor estrangeiro pode importar livremente os bens ou materiais para seu projeto ou também exportar os bens por ele fabricados; e os investidores estrangeiros têm acesso ao crédito interno ou externo. Os investidores também podem transferir para o exterior os dividendos recebidos e os valores resultantes da liquidação de sua atividade, indemnizações e royalties, entre outros, sem necessidade de autorização ou licença para exportação de capitais.

A sofisticação do sistema legal mede-se também pelo facto da arbitragem se encontrar consagrada no ordenamento jurídico de Cabo Verde, permitindo uma alternativa eficaz para a resolução de diferendos entre o Estado de Cabo Verde e os investidores, bem como entre os investidores e demais operadores comerciais locais. Avançamos para dar nota de que hoje já é possível constituir e registar uma empresa no próprio dia, não havendo restrições em termos de nacionalidade dos investidores nem setores destinados exclusivamente ao empresariado local. A concretização de investimentos, uma vez permitida por lei, é livre e não carece de autorização prévia para além dos procedimentos legais em vigor no país para cada sector. O processo de constituição e registo de entidades é feito através de uma plataforma eletrónica, à semelhança do que ocorre na UE.



Com o apoio RAPOSO BERNARDO



Pedro Moita

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@medianove.com

A semana da Páscoa começou com boas notícias em Cabo Verde. O INE reviu em alta o crescimento do PIB do país e anunciou que a economia cabo-verdiana cresceu 17,7% em 2022, anulando a recessão que pesava sobre o arquipélago desde a pandemia.

O turismo, o principal motor dessa subida, mantém-se em alta e os hotéis estão cheios neste período de férias. As seis unidades hoteleiras do grupo RIU em Cabo Verde estão com uma lotação superior a 70% e a empresa portuguesa Oásis Atlântic tem até casa cheia em dois hotéis das ilhas do Sal e de Santiago, além do Belorizonte também a 70% e do Porto Grande a 85%.

Os advogados contactados pelo Jornal Económico (JE) reforçam a importância de continuar a investir na área e, simultaneamente, diversificar. “Ainda existem diversas oportunidades de investimento no sector do turismo e lazer, nomeadamente para quem pretenda aumentar a oferta turística através da construção de novos empreendimentos turísticos. Além disso, o governo de Cabo Verde tem desenvolvido, nos últimos anos, um quadro legislativo que oferece vantagens e benefícios a quem pretenda investir em outros sectores da economia, nomeadamente energias renováveis, economia do mar, economia digital, agronegócios, privatizações, PPPs [parcerias público-privadas] e potenciais novas concessões”, elenca o advogado Pedro Borges Rodrigues.

Para o associado sénior da Miranda & Associados, há três etapas a seguir: identificar a oportunidade de negócio, conhecer (bem) o sector no qual que pretende investir e saber o quadro legislativo sobre esse mesmo, para tirar partido de eventuais benefícios e acautelar riscos.

Até porque, “não obstante a similaridade do quadro geral e regulatório dos investimentos entre Portugal e Cabo Verde, os processos de investimento em Cabo Verde são tramitados de forma mais célere e menos burocrática”, de acordo com Dirce Évora e Teresa Boino, advogadas da rede lusófona de serviços jurídicos OneLegal.

A advogada luso-cabo-verdiana Dirce Évora, responsável pelo mercado de Cabo Verde na One Legal, enumera três segmentos aos quais os investidores devem estar atentos: turismo (promoção de novos empreendimentos e *resorts*, organização de eventos, desportos náuticos e, sobretudo, diversificação do produto turístico, nomeadamente o rural), economia digital (estão em desenvolvimento dois parques tecnológicos) e energias renováveis. Lembrando que o governo cabo-verdiano criou um programa denominado Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética (PNSE) - incluído no PEDS (ver entrevista na pág. 27) - que define como estratégia a longo prazo a redução a dependência do

país dos combustíveis fósseis. “Portanto, a construção de centrais de produção de energias renováveis, parques eólicos e fotovoltaicos, constitui uma oportunidade de negócio, uma vez que ainda está quase tudo por fazer neste sector”, afirma a jurista ao JE.

Teresa Boino, advogada com dupla nacionalidade angolana e portuguesa, completa com as áreas das infraestruturas e transportes (construção de vias rodoviárias, aeroportos e investimento em serviço de *handling*), economia azul (indústria pesqueira, construção, reparação e manutenção naval e construção de porto de águas profundas) e agroalimentar. “Os empreendimentos turísticos em Cabo Verde importam anualmente cerca de 10 milhões de euros em produtos alimentícios, porque a produção local é insignificante. A implementação de tecnologias de produção e transformação permitirá uma redução da dependência da importação neste sector”, explica.

“Além das características específicas de cada sector, é importante nunca perder de vista a dimensão reduzida do mercado, a limitação no acesso ao financiamento local para grandes investimentos e a limitação no acesso às matérias-primas”, adverte a dupla da One Legal, uma plataforma da qual fazem parte escritórios e advogados em nome individual com presença na lusofonia.

A esse alerta, Pedro Borges Rodrigues anexa a capacidade de concessão de crédito por parte das instituições bancárias em Cabo Verde, que “ainda é limitada quando comparada com a capacidade dos bancos em Portugal, “sendo as condições de financiamento mais onerosas”. ■



Pedro Borges Rodrigues
Associado sénior da Miranda & Associados



Dirce Évora
Advogada e responsável pelo mercado de Cabo Verde na OneLegal



Teresa Boino
Sócia fundadora da Boino & Associados e membro da OneLegal

ASSESSORIA

Advogados ainda veem turismo como alvo de investimento

No entanto, é necessário ter consciência da dimensão do mercado e da capacidade de concessão de crédito dos bancos em Cabo Verde, que “ainda é limitada” quando comparada com Portugal.

ENTREVISTA | VERA QUERIDO | Managing partner da VPQ Advogados

“Há um oceano de oportunidades em Cabo Verde”

Turismo além de hotéis e ‘agrotech’ são áreas de negócio a ter em conta, crê Vera Querido, da sociedade VPQ, da rede Morais Leitão.

MARIANA BANDEIRA
mbandeira@medianove.com

A advogada Vera Querido, *managing partner* da sociedade cabo-verdiana VPQ Advogados, considera que o turismo continua a ser o sector económico com mais oportunidades neste país africano, mas alerta que esta indústria “não se resume a hotéis”. “Destaco também a agricultura digital, a automatização e excelência na gestão de unidades agrícolas”, diz ao Jornal Económico a líder do escritório, membro exclusivo para Cabo Verde da rede Morais Leitão Legal Circle.

Como caracterizaria Cabo Verde para um investidor internacional?

Cabo Verde é um país amigo do investimento estrangeiro, sendo fácil a constituição de uma sociedade comercial, bem como o desenvolvimento de uma atividade económica.

Porém, o investidor poderá ter de fazer face aos constrangimentos existentes no que respeita ao escasso transporte inter-ilhas (aéreo e marítimo), o que dificulta as cadeias de abastecimento, a prestação de serviços e, inclusive, a própria comunicação e ligação interna do arquipélago. E a nível internacional coloca-se a mesma questão. É imprescindível o investimento no desenvolvimento de infraestruturas de transporte com base em padrões internacionais, por forma a conseguir-se reduzir os constrangimentos e os custos da insularidade.

Na sua opinião, quais são os principais constrangimentos?

Primeiro, falta de transportes, água e energia, além do custo elevado dos mesmos. Segundo, alguma morosidade no que se refere a procedimentos para implementação de um projeto que necessite de aprovações de entidades públicas. Por exemplo, a obtenção de licenças, tanto locais como da Administração central, nem sempre é célere. Em todo o caso, alguns destes constrangimentos são também oportunidades de investimento, em especial no que diz respeito aos transportes marítimos e aéreos, bem como o preço e acesso à água e energia. Atualmente, Cabo Verde recupera de uma profunda crise económica e financeira, decorren-

te da forte quebra na procura turística - sector que garante uma parte substancial do PIB do arquipélago - devido o impacto da pandemia de Covid-19. Fica claro que o turismo continua a marcar posição como um sector de oportunidades. Naturalmente, não se resume a hotéis.

Como é que o Governo tem dado resposta a essa crise?

O Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) operacionaliza o Programa do Governo, sendo a redução da fatura energética um objetivo do PEDS II e apontada como uma condição determinante para a redução dos custos dos fatores em toda a economia e para a promoção da competitividade. É propósito do Governo, com a adoção de um Plano Diretor do Sector Elétrico acelerar a transição energética para atingir 35% de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis até 2026, ultrapassar os 50% em 2030 e alcançar 100% em 2040.

Qual é o objetivo?

Construir um sector energético seguro, eficiente e sustentável, de modo a fazer avançar o país em direção a uma economia de baixo carbono, reforçando ao mesmo tempo a competitividade económica do país. Como oportunidade, destaco também a agricultura digital, que aposta numa agricultura moderna nomeadamente na automatização e excelência na gestão de unidades agrícolas, aproveitando as sinergias entre os sectores agroalimentar e turístico (abastecimento de hotéis e restaurantes). Assim, e tal como vem sendo dito, há um ‘oceano’ de oportunidades» em Cabo Verde. ■



Vera Querido
Managing partner
da VPQ Advogados

Cabo Verde em transição: o caminho para uma nova era energética, digital e financeira



SOFIA COELHO PEREIRA
Associada Coordenadora
da Miranda & Associados

Cabo Verde está em transição e esta é a palavra de ordem para o país insular que tem transversalmente procurado reforçar a sua competitividade a nível internacional.

A estratégia nacional de energias renováveis está assente no objetivo de atingir a meta de 100% de toda a eletricidade produzida e consumida em Cabo Verde a partir de fontes energéticas renováveis, seja na rede principal, nas micro-redes isoladas, ou em sistemas individuais. A seleção das fontes nos vários projetos e medidas terá em conta não só parâmetros técnicos como também as diferenças económicas e ambientais e do perfil de consumo de cada uma das nove ilhas habitadas do país. Para além das “tradicionais” fontes (como o solar e o eólico), outras fontes e tecnologias, nomeadamente o solar térmico para o aquecimento de água sanitária, serão importantes para se atingirem as metas de independência energética. A gestão da procura, a promoção de processos e equipamentos mais eficientes, a promoção do uso racional de energia, entre outros, são, simultaneamente, elementos estruturantes da trajetória rumo às metas propostas de energias renováveis e de acesso à energia.

A nível digital, Cabo Verde tem igualmente fortes ambições. Está em curso (até 2025) o Projeto Digital Cabo Verde, financiado pelo Banco Mundial, que tem como objetivo acelerar a transformação digital do país e reforçar as bases da competitividade digital com intuito de melhorar a oferta de serviços públicos digitais. Este projeto está alinhado com a visão do país, articulada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável, de se tornar um hub de prestação de serviços digitais para África, com recursos humanos altamente capacitados e um mercado dinâmico e crescente.

Neste sentido, está igualmente em curso o projeto Parque Tecnológico Cabo Verde, que se pretende que seja um cluster tecnológico, posicionando Cabo Verde como centro internacional de serviços e como um gateway to Africa de empresas de referência no setor. Em síntese, este projeto consiste na construção de um parque de negócios / ecossistema de inovação e empreendedorismo baseado em tecnologia, onde se privilegia a inovação e se promove: a) condições de excelência para as empresas inovarem, crescerem e serem competitivas, e b) a dinâmica entre empresas, o mercado e a atividade académica e de investigação. Este parque terá dois polos, sendo um na cidade da Praia e o outro no Mindelo, compostos por centro de dados, centro de incubação, centro

de negócios, centro de formação e qualificação e centro de conferências.

O regime de residente não habitual de Cabo Verde (“RNH”), semelhante ao português, tem vindo a adaptar-se à ambição de criação e atração de recursos humanos altamente qualificados, uma vez que na lista de profissionais que podem beneficiar deste regime (aprovada por portaria) constam engenheiros informáticos, especialistas de hardware, web designers, diretores de tecnologias de informação, etc. Note-se que o RNH oferece uma taxa fixa de 10% sobre os rendimentos de trabalho e prestação de serviços.

Em termos financeiros, Cabo Verde tem alinhado também pela modernização do setor, quer a nível regulatório, quer pela maior dinâmica conferida pelos próprios agentes do mercado, designadamente pelo Banco Central e a Bolsa de Valores Mobiliários, a qual conta com ações cotadas de apenas 4 empresas, mas com diversas emissões de obrigações corporate.

De acordo com a informação divulgada pelo Banco de Cabo Verde, está a ser estudada a introdução da moeda digital no país, que deverá acontecer num futuro próximo, depois de analisados os impactos em termos da política monetária e ponderados os desafios e benefícios da transformação digital no sector de pagamentos.

Cabo Verde é também uma das nações africanas que está na vanguarda da regulação do investimento sustentável, existindo já regulamentação da emissão de títulos verdes (green bonds), que correspondem a instrumentos representativos de dívida que podem ser emitidos por entidades públicas ou privadas e que, assim como as obrigações “clássicas”, conferem ao seu titular um direito de crédito face à entidade emitente. A particularidade deste produto financeiro é que o capital investido tem de ser obrigatoriamente aplicado para finalidades associadas ao desenvolvimento de projetos sustentáveis ou à prossecução de benefícios de cariz ambiental ou climático.

Apesar das adversidades vividas nos últimos anos, em particular o impacto avassalador da pandemia na economia do país, Cabo Verde não baixa os braços e continua a apostar num futuro mais verde e digital.

Com o apoio

MIRANDA
Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL



Economia *que se* ouve

Conheça os nossos podcasts

A Arte da Guerra



Atlantic Connection



Conversas com Norte



Discurso Direto



Falar Direito



JE Entrevista



JE Notícias



Let's Talk about ESG



Maquiavel para principiantes



Mercados em Ação

